

## REALIDADE DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE



Ana Carolina Vilela Orsi<sup>1</sup>, Lídia Alves Pereira<sup>1</sup>,  
Maria Letícia Aparecida Silva Moreira<sup>1</sup>, Angela  
Chaves de Oliveira Garcia<sup>1</sup>, Vanessa Luzia Queiroz  
Silva<sup>2</sup>, Rafael Costa Pereira<sup>2</sup>, Mateus Goulart Alves<sup>2</sup>  
<sup>1</sup> Discente da Faculdade Atenas Campus Passos  
<sup>2</sup> Docente da Faculdade Atenas Campus Passos

### Introdução

Estudos apontam que indivíduos com necessidades especiais determinam cuidados múltiplos, complexos e contínuos, no entanto, não possuem o devido apoio da Atenção Primária à Saúde (APS). A acessibilidade envolve o deslocamento do indivíduo de acordo com o ambiente em que vive, e a falha desta inclui a falta de transporte público e de cadeira de rodas, demora no atendimento e ausência de sanitários e de médicos especialistas no serviço de saúde, por exemplo. A partir do momento em que o indivíduo está em um ambiente que restringe sua mobilidade e acessibilidade, encontra maior dificuldade para conseguir uma vida autônoma, mas é fato que a pessoa portadora de deficiência deve ter garantido o acesso aos serviços que estão a seu favor (AMARAL et al., 2012).

Um corpo social pode ser menos excludente e acessível quando reconhece a diversidade humana, assegurando-lhe oportunidades de acesso aos bens e serviços dos quais necessitam; sendo assim, é essencial identificar as dificuldades de acesso à saúde encontradas por portadores de

deficiência. Desse modo, este estudo objetiva analisar os principais pontos que dificultam a acessibilidade dos indivíduos portadores de deficiência à APS.

### Materiais e Métodos

Trata-se de uma revisão narrativa baseada na seleção de estudos indexados nas bases de dados PubMed, SciELO e LILACS. Para este fim, o descritor “Acessibilidade na APS” foi utilizado. A pesquisa foi realizada no mês de novembro de 2021 e visou expor pontos de vista distintos relacionados ao título norteador: “A realidade dos portadores de deficiência na Atenção Primária à Saúde”. Os critérios de inclusão envolveram: artigos compatíveis com o tema, brasileiros, com nível de evidência maior ou igual a 2C e publicados de 2011 a 2021. Foram excluídos artigos incompatíveis com o tema, com baixo nível de evidência e estrangeiros. Entretanto, as características metodológicas dos estudos foram avaliadas pelos orientadores e pelos autores.

### Resultados

Os artigos evidenciaram o despreparo com a assistência e suas implicações no acesso à saúde de

crianças deficientes e que a grande parte dos enfermeiros não se sente capacitada para oferecer um atendimento amplo (FAVARO et al., 2020). Além disso, foi relatado que os indivíduos não possuem meios que facilitem a locomoção e que não existem adaptações no local do atendimento (AMARAL et al., 2012). Em entrevistas com mulheres deficientes, também foi relatado que o serviço de saúde apresenta falta de prioridade no atendimento, despreparo e falta de profissionais especializados (NICOLAU; SCHRAIBER; AYRES, 2013).

Idosos com deficiência sofrem com a ausência de transporte e de atendimento prioritário, com o tempo de espera para serem atendidos, com a inexistência de atendimento domiciliar e com a dificuldade de marcar consultas (AMARAL et al., 2012). Além disso, aproximadamente metade das pessoas com deficiência ou idosos necessitam de acompanhante e encontram dificuldades para se deslocar até o serviço de saúde (CASTRO et al., 2011). É importante que o profissional de saúde conheça a família desses pacientes, pois há fragilidades nessas relações e, por isso, deve-se orientá-los e esclarecê-los sobre os aspectos legais, afetivos e de cuidado com a saúde (MISSEL; COSTA; SANFELICE, 2017).

Constatou-se que a falta de acessibilidade influencia na capacidade de obter o serviço ou o recurso necessário no momento de agravo em diferentes níveis de complexidade (NASCIMENTO et al., 2020) e que as regiões do nordeste, no geral,

apresentam um baixo desenvolvimento socioeconômico, com baixa oferta de saúde em cidades do interior, mas com alta oferta nas capitais (DIMENSTEIN et al., 2021). Também foi evidenciado um pior desenvolvimento relacionado à Rede Cegonha e à acessibilidade de pacientes com deficiência no norte do país (THOMAZ et al., 2021).

### **Discussão**

Essa revisão demonstra a falta de recursos (estrutura, medicamento, qualidade de atendimento) relacionada à gestante, ao idoso e à criança, bem como o despreparo da equipe e a falta de verba do âmbito público para investimentos relacionados à acessibilidade (FAVARO, et al., 2020). Os idosos são mais acometidos por doenças crônicas, estão mais sujeitos ao surgimento de deficiências e procuram por um maior atendimento nas unidades de saúde (AMARAL et al., 2012). Percebe-se, assim, a estreita relação de suporte oferecido a estes indivíduos necessitados, sendo importante a aplicação de investimentos nesta área uma vez que grande parcela encontra problemas de acessibilidade aos serviços (CASTRO et al., 2011).

Outra pesquisa demonstrou que as pessoas com deficiência dependem do governo para o acesso à rede de saúde, mas que, se o acesso dessas pessoas for facilitado, conseqüentemente diminuirá a demanda nos serviços de alta e média complexidade (AMARAL et al., 2012). Atualmente, hospitais vinculados à Rede Cegonha não estão preparados para receber pacientes com deficiência; mulheres com deficiências tendem a

apresentar problemas durante a gestação, parto e pós-parto, portanto, precisam de um melhor acompanhamento (THOMAZ et al., 2021).

Vale ressaltar, também, que estas mulheres possuem uma menor participação social e, conseqüentemente, uma posição social menos qualificada, encontrando dificuldades em receber os benefícios sociais (NICOLAU; SCHRAIBER; AYRES, 2013). O Sistema Único de Saúde (SUS) é um direito de todos, mas o acesso de muitas pessoas não é facilitado; a APS é a porta de entrada, mas nem sempre resolve as dificuldades enfrentadas pelos usuários (NASCIMENTO et al., 2020). É perceptível que, atualmente, enfrenta-se uma precariedade do SUS devido aos cortes de gastos públicos (DIMENSTEIN et al., 2021).

### Conclusão

Conclui-se, diante dos dados apresentados, que a precariedade de investimentos públicos no sistema de saúde é um obstáculo para colocar em prática as suas teorias. Além disso, o SUS atualmente enfrenta fragilidades, suscitando a falta de capacitação dos profissionais e de estrutura das Equipes de Saúde da Família, bem como a menor participação social, refletindo dificuldades para as pessoas portadoras de deficiência. Portanto, torna-se importante a pactuação dos diferentes pontos da rede de atenção à saúde para a garantia da integralidade do cuidado. Este artigo demonstra as maiores dificuldades de pessoas com deficiência no cenário brasileiro,

incentivando, assim, a busca de melhorias de acesso.

### Referências Bibliográficas

- AMARAL, F. L. J. S. et al. Fatores associados com a dificuldade no acesso de idosos com deficiência aos serviços de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 11, p. 2991-3001, nov. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/7VK3V384j8dx68Vwc6TjCry/?lang=pt>>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- CASTRO, S. S. et al. Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 1, p. 99-105, fev. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/JmzdmXDzwZ48DJGB8xnrvCN/?lang=pt>>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- DIMENSTEIN, M. et al. Equidade e acesso aos cuidados em saúde mental em três estados nordestinos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 5, p. 1727-1738, maio 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/jctBkTgr48Zx59jBCG5zGCJ/?lang=pt>>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- FAVARO, L. C. et al. Percepção do enfermeiro sobre assistência às crianças com necessidades especiais de saúde na Atenção Primária. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, v. 24, n. e-1277, p. 1-9, 2020. Disponível em: <<http://reme.org.br/artigo/detalhes/1423>>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- MISSEL, A.; COSTA, C. C.; SANFELICE, G. R. Humanização da saúde e inclusão social no atendimento de pessoas com deficiência física. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 575-597, maio-

ago. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/HSSNKfb8rrF7tvNcSq8vvRP/?lang=pt>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

NASCIMENTO, L. C. et al. O SUS na vida dos brasileiros: assistência, acessibilidade e equidade no cotidiano de usuários da Atenção Primária à Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/r9tvGTGK8y5QnHMhqrQgWYr/?lang=pt>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

NICOLAU, S. M.; SCHRAIBER, L. B.; AYRES, J. R. C. M. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 863-872, mar. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/x4Ct7sJ4krY7wzGH5XX57nR/?lang=pt>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

THOMAZ, E. B. A. F. et al. Acessibilidade no parto e nascimento a pessoas com deficiência motora, visual ou auditiva: estrutura de estabelecimentos do SUS vinculados à Rede Cegonha. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 897-908, mar. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/DDrgdhXFm4bSKJJvY4sFF4S/?lang=pt>>. Acesso em: 24 nov. 2021.